

A NARRATIVA DE VIDA NOS ESTUDOS DE GÊNERO: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E IDENTIDADE

LIFE NARRATIVE IN GENDER STUDIES: SEXUAL DIVISION OF LABOR AND IDENTITY

Regina Lúcia Sucupira Pedroza¹, Cândida Beatriz Alves²

RECEBIDO EM: 14/02/2021 | ACEITO EM: 18/06/2021

DOI: 10.5902/2317175864245

RESUMO

As narrativas de vida têm sido vistas como um método privilegiado para os estudos de gênero. Por meio do relato do vivido, as mulheres, antes meros objeto de estudos, têm espaço agora para narrar, com um lugar de fala que lhes é próprio. A fim de tratar do significado do “ser mulher” no contexto atual, é necessário enfatizar o caráter histórico de várias características e atribuições que são tidas como naturais da mulher. Esse desenrolar histórico não pode ser dissociado do aprofundamento e consolidação do capitalismo, que se funda na divisão sexual do trabalho. Neste estudo, nosso objetivo é investigar o significado do “ser mulher”, associado à divisão sexual do trabalho, do modo como este é construído em uma narrativa de vida. Esta pesquisa, foi realizada com uma aluna de um curso técnico do Instituto Federal de Brasília, que também era mãe e trabalhadora. Foi realizada uma entrevista individual com a intenção de que a participante narrasse sua história de vida. A entrevista foi transcrita e foi realizada uma análise interpretativa da narrativa. Na fala da participante, fica claro como está submetida, desde criança, à rígida divisão sexual do trabalho, que baseia uma construção identitária. Trabalhar e buscar uma formação profissional, são fatores que podem reafirmar ou transgredir essas construções.

Palavras-chave: Narrativa; Gênero; Divisão sexual do trabalho; Educação profissional.

1 Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Pós-doutora em Sciences de l'Education pela Universidade de Paris V, René Descartes. Professora associada I da Universidade de Brasília no Instituto de Psicologia. E-mail: rpedroza@unb.br

2 Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília. Docente de Psicologia no Instituto Federal de Brasília. E-mail: candida.alves@gmail.com

ABSTRACT

Life narratives have been seen as a privileged method for gender studies. Through the account of the lived, women, previously mere object of studies, now have space to narrate, with a place of speech of their own. To deal with the meaning of being a woman in the current context, it is necessary to emphasize the historical bias of various characteristics and attributions considered to be natural to women. This historical development cannot be dissociated from the deepening and consolidation of capitalism, which is based on the sexual division of labor. In this study, our objective is to investigate the meaning of being a woman associated with the sexual division of labor, the way it is constructed in a life narrative. This research was carried out with a student of a technical course at the Federal Institute of Brasília, who was also a mother and worker. An individual interview was conducted with the intention that the participant would narrate her life story. The interview was transcribed, and an interpretative analysis of the narrative was carried out. In the participant's speech, it is clear how, since she was a child, she has been subjected to the rigid sexual division of labor, which provides the basis for an identity construction. Working and seeking professional qualification are factors that can reaffirm or transgress these constructions.

Keywords: Narrative; Gender; Sexual division of labor; Professional education.

1 Introdução

A metodologia científica que funda o moderno pensamento ocidental – e, amalgamado a este, o modelo de ciência moderna – se caracteriza por seu afã racional, empiricista e verificacionista. Disso decorreu a busca por uma verdade objetiva, inquestionável, que pudesse ser estabelecida independentemente do pesquisador. Essa diretriz, balizou o surgimento e estruturação das ciências exatas (como a Física e a Química) e influenciou, de modo significativo, também a consolidação das ciências humanas.

Ao buscar uma verdade absoluta dos fatos e tomar como pressuposto a neutralidade do pesquisador, o desenrolar do fazer científico tradicional, assumia como ponto zero – ou seja, o parâmetro, de acordo com o qual todo o resto deveria ser medido – o homem branco, cristão, heterossexual, europeu ou estadunidense. E, em sua busca por objetividade, aniquilava e colocava como alteridade incômoda a existência de mulheres, negros, homossexuais e quaisquer outros assim considerados “desviantes da norma” (CASTRO-GÓMEZ, 2000).

Teóricos da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer, no início do século XX, têm grande importância na mudança desse paradigma, ao falar da ideologia que permeia todo e qualquer sujeito e da importância do contexto social. Por outro lado, carecia-se ainda de uma análise gendrada da realidade social, bem como do caráter colonizador da ciência europeia. Com as lutas e conquistas feministas, a partir da década de 1960, os estudos de gênero vão ganhando espaço e questionam a solidez da metodologia científica tradicional, calcada em um ideal de cidadão – pesquisador ou sujeito de pesquisa – do gênero masculino (ROCHA-COUTINHO, 2006).

Nas últimas décadas do século XX, com a virada chamada de pós-empírica ou pós-moderna, avança-se no entendimento de que já não é mais possível prescindir do contexto e da posição ocupada pelo falante. As narrativas de vida têm sido, assim, vistas como um método privilegiado para os estudos de gênero. Por meio do relato do vivido, as mulheres, antes meros objeto de estudos de pesquisadores homens – que sobre elas falavam sem escutá-las, com base em uma objetividade que tinha como balizador o olhar masculino hegemônico –, têm espaço agora para narrar, com um lugar de fala que lhes é próprio (ROCHA-COUTINHO, 2006).

Além de trazer à tona a vivência de mulheres concretas, saindo do campo de uma abstração relativista, as narrativas permitem também, ir além dos contornos frios de fatos e dados. O relato do vivido, com o espaço que permite para as nuances, para a intimidade, para as emoções, possibilita a análise do que tem sido por décadas invisibilizado: a vivência de mulheres e a construção de uma identidade de gênero profundamente calcada no patriarcalismo e na divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2019).

Está claro, que não se questiona aqui, a validade e as contribuições de metodologias quantitativas no interior das ciências humanas. Por outro lado, pode-se dizer que foi a perspectiva qualitativa que permitiu trazer densidade e complexidade a esses dados, negando-lhes que falassem por si, uma vez que, até os números estão imersos em um contexto social e, portanto, recebem significados e interpretações de um modo que não é neutro.

Nesse contexto, as narrativas orais se mostraram como uma forma de adentrar vidas, cotidianos, experiências que matizavam o cenário de uma narrativa dominada por homens.

A narrativa oral tem sido um instrumento básico nos esforços dos trabalhos sobre gênero para incorporar vidas, atividades e sentimentos, inicialmente das mulheres e, posteriormente, também dos homens, em nossa compreensão do passado e do presente, e que não têm sido contemplados nos estudos tradicionais. [...] Ao falar, as pessoas constroem identidades, articulam suas experiências e refletem sobre o significado destas experiências para si (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 67).

Falar sobre narrativa, pressupõe falar do encontro do vivido com a temporalidade, da busca por um si mesmo, que pressupõe, necessariamente, o outro da cultura, o outro que escuta. Assim, a autonarrativa mostra-se como uma forma de distanciamento e reflexão sobre si mesmo como outro, destacando, portanto, a importância da linguagem e da alteridade para a constituição de si mesmo e para a atuação desse si mesmo sobre o mundo.

Nesta pesquisa, iremos nos centrar sobre como a análise de narrativas permite acerrar o significado do *ser mulher* em nossa sociedade e como este se relaciona com a divisão sexual do trabalho. Para tanto, apresentaremos aqui o recorte de uma pesquisa maior, feita em nosso trabalho de doutoramento,

que contou com a análise de histórias de vida de sete mulheres. No presente texto, analisaremos uma dessas narrativas, com o objetivo de investigar o significado do *ser mulher* associado à divisão sexual do trabalho, do modo como este é, simultaneamente, desvelado e construído na narrativa de vida.

O conceito de narrativa, nas ciências humanas, é controverso e possui uma trajetória histórica que já passou por uma rígida delimitação até sua crítica e estabelecimento em termos um tanto mais flexível. O início dos estudos sobre a narrativa, remonta a Aristóteles, porém, a partir do século XIX e XX, importantes nomes como Vladimir Propp dão continuidade a esses estudos. Propp, em sua análise de contos de fada russos, estabelece estruturas e funções que, ao se agregar sob certos padrões que se repetiam, formavam a narrativa (VIEIRA, 2001).

O modelo pioneiro de análise de narrativas, é estabelecido por Labov na década de 1960 e definia a narrativa como uma estrutura que envolve sequências verbais e sequências de eventos, recapitulando experiências passadas a partir da combinação de certos elementos, que poderiam estar presentes ou não. Os elementos seriam: sumário, orientação, ação complicadora – esse seria o único elemento obrigatório; avaliação, resultado e coda, a síntese que encerraria a narrativa. A narrativa mínima dependeria da existência de duas orações em sequência, que remetesse a um passado temporal (LABOV, 1997).

Essa compreensão da narrativa, foi profundamente alterada ao longo das décadas seguintes, porquanto sua rigidez excluía uma série de textos, que, em um escopo conceitual mais amplo, seriam tratados como narrativas. Assim, alguns autores, com o notável destaque para Paul Ricoeur, passaram a entender a narrativa associada à temporalidade, porém em uma compreensão particular de tempo, nem sempre linear. Portanto, não se trata necessariamente de uma disposição sequencial, nem de uma temporalidade explícita, desde que haja um encadeamento lógico. Da mesma forma, fica claro, também, que as narrativas guardam uma conexão imanente com a cultura, por meio da representação e da mediação simbólica (CARVALHO, 2007).

Neste trabalho, adotaremos uma perspectiva minimalista de narrativa, baseando-nos em Bertaux (2010), para quem, um discurso passa a ser entendido como narrativa, quando alguém relata a outra pessoa, episódios de experiência vivida. Segundo Bertaux, a análise de histórias de vida, permite que se tenha acesso a fenômenos invisíveis a outras técnicas. De acordo com esse autor, a descrição de um curso de vida não consiste em um encadeamento lógico de relatos, mas sim em uma elaboração narrativa única, construída a partir de sentidos e representações sociais apropriados e expressos pelos sujeitos a um investigador. É assim que se diferenciam autobiografia e narrativa de vida: ao passo que a primeira se exprime por meio da escrita, a segunda se funda no diálogo entre o sujeito e o pesquisador, guiado por um “filtro”, vinculado ao objeto de estudo em questão.

Essa concepção ampla de narrativa – que considera, portanto, o seu potencial metodológico para aceder a fenômenos indisponíveis a outras propostas técnicas, nos ajudará a evidenciar o valor heurístico das narrativas para os estudos de gênero.

No caso deste estudo, particularmente no que diz respeito à compreensão dos significados associados ao ser mulher e sua relação com a divisão sexual do trabalho.

2 referencial teórico

2.1 Ser mulher ao longo da história

Ao tecermos um percurso do significado de *ser mulher* no mundo ocidental, é importante questionarmos a possibilidade de fazê-lo de forma fidedigna: esse e qualquer outro resgate histórico. Em primeiro lugar, em consonância com o que estamos tratando neste trabalho, devemos ter em mente que narrar uma história, significa sempre recontá-la e interpretá-la. Além disso, o texto escrito nos impõe uma linearidade que simplifica o que na verdade é complexo, repleto de idas e vindas e contradições, próprias ao processo histórico. Percebemos frequentemente uma aparência de causa e efeito no que é, de fato, a síntese de múltiplas determinações.

Por outro lado, é a ênfase no processo histórico, que nos permite compreender fenômenos que muitas vezes são vistos de forma engessada e naturalizada (VIGOTSKI, 2000[1931]). Nesse sentido, trazer aqui um pouco de como foi construída a noção de mulher dominante na atualidade, com foco na noção da diferença sexual, pode nos ajudar a desconstruir a universalidade e a fixidez que ainda vigoram em torno do tema.

Assim, a fim de tratar do significado do *ser mulher* no atual contexto, é necessário enfatizar o caráter histórico de várias características e atribuições que são tidas como “naturais” da mulher. Nesse percurso, chama a atenção as diversas tentativas de atribuir a essa uma essência, supostamente derivada de seu corpo biológico, e que a condenaria a se ocupar de tarefas relacionadas ao âmbito privado, conforme veremos.

As semelhanças entre homens e mulheres, não foram sempre interpretadas da mesma maneira. Aquilo que, na atualidade, é avaliado como uma diferença biológica que torna um sexo radicalmente distinto de outro, é uma compreensão, relativamente, recente na história ocidental, que pode ser associado à entrada na Modernidade e à visão de mundo crescentemente cientificista e biologizante à ela associada (BUTLER, 2016; RUBIN, 1993; ZANELLO, 2018).

O paradigma do “sexo único”, surgiu na Antiguidade, pela obra de filósofos como Aristóteles e Galeno, e vigorou até, pelo menos, a Idade Média. De acordo com esse paradigma, a mulher era descrita como uma cópia imperfeita do homem, que seria, por sua vez, o modelo único, espelho do princípio divino. Haveria uma correspondência entre os órgãos genitais masculino e feminino, sendo este último, porém, a versão invertida e incompleta do primeiro. Masculino e feminino eram tidos, assim, como dois polos opostos de um mesmo espectro. Acreditava-se, por exemplo, que uma mulher poderia vir a se tornar um homem pelo excesso de calor (ZANELLO, 2018).

A concepção aristotélica será reavivada pelo pensamento medieval, por intermédio, tanto de Santo Agostinho, quanto dos defensores da monarquia absolutista. A teologia cristã tem crucial influência no pensamento ocidental e é, em grande medida, responsável pela defesa da submissão feminina diante da autoridade do pai e do marido, sendo *Gênesis*, um dos textos mais significativos nesse sentido. Neste, relata-se que a mulher é criada a partir do homem, com o intento de servi-lo de companhia. Corrompida pelo discurso da serpente de que poderia tornar-se semelhante a Deus e deter o conhecimento sobre o Bem e o Mal, Eva, rende-se ao pecado e impele Adão a segui-la. Como punição, Eva recebe maldições, que a condenam a parir com dor seus filhos e a ser submissa a seu marido. Adão se consagra, assim, como senhor, embora condenado a trabalhar penosamente (BADINTER, 1985).

Nessa simbólica passagem do Velho Testamento, Eva é representada como vaidosa e suscetível a tentações. Responsável pela triste sina de Adão, passa a ser entendida como a própria encarnação da Serpente, personificação do Mal. Assim, entre os séculos IV e XIV, é comum mulheres serem descritas como verdadeiros demônios, culpadas pelos pecados dos homens em razão de sua malignidade. Quando as acusações não eram tão cruéis, restava a visão da mulher como imperfeita e impotente (BADINTER, 1985).

O paradigma da diferença sexual, que surge juntamente com o desenvolvimento crescente da ciência – em específico os conhecimentos de anatomia e fisiologia, desloca a hierarquia do homem sobre a mulher para novos termos e a esconde sob uma camada igualitária, exigida pelos ideais da Revolução Francesa de 1789. Nesse novo cenário, a mulher estaria destinada à maternidade e à reprodução por sua própria natureza biológica, tendo o direito de exercer sua governabilidade sobre o espaço doméstico, privado. O homem, por outro lado, também por razões de cunho biológico, estaria destinado à produção social, tendo o direito de exercer sua governabilidade sobre o espaço público (BIRMAN, 2001).

Para Foucault (2011), essas transformações históricas vêm, na esteira da importância crescente dada ao capital humano de cada país, em oposição à crença anterior de que a riqueza das nações, advinha de seus recursos naturais e de suas indústrias. Dessa maneira, passa a ser função do Estado, zelar pelo bem-estar do cidadão, garantindo a este, saúde e educação e, paralelamente a isso, cabe à mulher zelar pela reprodução social, responsabilizando-se pelo cuidado do indivíduo no âmbito familiar.

A noção de complementaridade entre os sexos, é uma constante na história ocidental e está presente nos discursos religiosos, filosóficos e científicos: ao passo que o homem é identificado com um caráter ativo, autoritário e racional, a mulher é associada à passividade, obediência e sensibilidade; se ao homem está destinado o espaço público, à mulher cabe restringir-se ao espaço privado. Essa complementaridade, derivada da noção de diferença sexual, se apresenta, assim, de forma hierárquica, em que um sexo é colocado como superior ao outro (BADINTER, 1985).

A crescente sobreposição da imagem da mulher, com a imagem da mãe, faz com que ela deixe de ser associada a Eva (ardilosa, não confiável) e passe a ser gradualmente associada à imagem de Virgem Maria: pura, dócil, sensível, submissa, detentora de uma sabedoria voltada para atender as necessidades dos filhos e do marido. Naturaliza-se, assim, a bondade, a fraqueza e o masoquismo da mulher, que se realiza apenas por meio da maternidade.

A difundida ideia de que o amor materno seria necessário e incondicional, já que teria origem instintiva, é facilmente desconstruída ao examinarmos práticas habituais em determinados períodos e em distintas culturas. Os casos de abandono de bebês por suas mães – seja em razão de atributos da criança, como eventuais deficiências, seja por dificuldades econômicas ou ainda outras razões – foram e continuam sendo comuns. Como explicar tal prática diante de um suposto amor materno instintivo e incondicional? (ZANELLO, 2018).

A explicação para esse pretense instinto é de cunho biológico. Entretanto, se examinarmos, por exemplo, o fato biológico da produção de leite humano após o parto, vemos que este, não é necessariamente acompanhado pela amamentação. A própria figura histórica das amas-de-leite evidencia a prática, comum sobretudo às mulheres de classes privilegiadas entre os séculos XVII e XIX, da não amamentação de bebês recém-nascidos por suas mães. Mesmo diante do alto número de mortes de bebês, as mães francesas no século XVIII, seguiam enviando seus bebês para amas-de-leite mercenárias e aí deixavam seus filhos por anos. Os que sobreviviam voltavam debilitados e com doenças para, em seguida, serem confinados em internatos (BADINTER, 1985).

Apesar disso, no imaginário social ocidental, à medida que se adentra a Modernidade, cresce e se aprofunda a naturalização da mulher no lugar da maternidade e do cuidado. Observa-se, a extensão das funções femininas: além de responsáveis pela alimentação e por toda sorte de tarefas associadas ao cuidado, é progressivamente atribuída à mulher a função de educadora. Na França, os colégios para mulheres tinham, entre um de seus objetivos mais importantes, o de preparar as mulheres para a maternidade e para funções defendidas como naturalmente derivadas dessas, como a educação dos filhos (BADINTER, 1985). Em outras palavras, colocam-se como “naturais” tarefas em nada relacionadas com fatos biológicos. Se nem mesmo estes podem, necessariamente, predizer ações (como a amamentação), percebe-se como fruto de imaginação cultural e conveniência econômica, a extensão das atribuições femininas até mesmo à educação dos filhos e preparo das refeições.

2.2 Divisão sexual do trabalho e capitalismo

Esse desenrolar histórico, não pode ser dissociado do aprofundamento e consolidação do capitalismo, que se funda na divisão sexual do trabalho (FEDERICI, 2017). O arcabouço de ideias trazido pelo materialismo histórico-dialético, mostra-se relevante ao proporcionar um entendimento da dupla opres-

são vivida pela mulher na divisão social e sexual do trabalho, características do modo de produção e reprodução capitalista, dimensões, essas indissociáveis. Explorada na sua condição de trabalhadora e na sua condição de mulher, ela se vê envolvida em uma dupla jornada, dividida entre trabalho produtivo e reprodutivo (ANTUNES, 2003).

O modo de produção capitalista, nos últimos séculos, tem envolvido uma divisão sexual do trabalho, que determina e hierarquiza o trabalho a ser realizado pelos gêneros, encarados de maneira dicotômica como masculino e feminino. Isso não quer dizer que a divisão sexual do trabalho, ou mesmo o patriarcado, tenham sido criados pelo capitalismo, mas apenas que este os transformou de tal maneira que, aqueles, passaram a estar inteiramente submetidos aos interesses do capital (MITCHELL, 2006).

A divisão sexual do trabalho, foi fundamental para a estruturação do capitalismo e segue sendo até o presente. Assim, aos homens cabe a produção social, tipicamente exercida no espaço público, enquanto às mulheres cabe a reprodução social, tipicamente exercida no espaço privado. Além disso, quando a mulher desempenha uma atividade produtiva remunerada, é comum que ela exerça ocupações ligadas à reprodução social – como, por exemplo, aquelas ligadas ao cuidado, à educação e ao assessoramento. A mulher recebe salários mais baixos para desempenhar as mesmas funções que os homens e que os homens, em casa, “ajudam” em algumas tarefas, mas nem de perto há uma divisão igualitária de responsabilidades nesse âmbito (GAMA, 2014).

A divisão sexual do trabalho, se organiza segundo dois princípios fundamentais: o de separação, pois cada sexo é responsável por um tipo de trabalho, e o hierárquico, pois um tipo de trabalho vale mais do que outro. Deve-se compreender que, se, por um lado, esses princípios são observados em diversas culturas, por outro, suas formas de se manifestar e, portanto, a organização da divisão sexual do trabalho, se modifica historicamente, da mesma forma, que as relações de gênero se modificam ao longo da história. Essa divisão associa-se a uma base tanto política, quanto econômica da sociedade (HIRATA; KERGOAT, 1994).

Nesse contexto, produção e reprodução sociais têm sido vistas como âmbitos separados e hierarquizados de trabalho humano. A análise marxiana da sociedade capitalista centrou-se, sobretudo, sobre a produção social, em detrimento do processo de reprodução social. Em que consistiria, nesses termos, o trabalho produtivo? Segundo Marx (2008[1932]), o trabalho produtivo seria aquele trabalho assalariado que produz mais-valia. Essa definição foi posta em xeque por várias feministas marxistas, uma vez que o trabalho reprodutivo também produz uma mais-valia, mesmo que de forma indireta (MITCHELL, 2006).

A oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo, aparece comumente do seguinte modo: o primeiro é tido como aquele executado fora do espaço doméstico, remunerado e gerador de mais-valia, já o reprodutivo é realizado dentro do espaço doméstico, não é remunerado e, à primeira vista, não gera mais-valia. Contudo, a produção só é possível em razão da reprodução da for-

ça de trabalho. Além disso, a reprodução é, tanto quanto a produção, uma forma de trabalho, uma vez que envolve uma ação humana consciente que visa modificar a realidade ao seu redor (MARX, 2008[1932]). Ambos modificam a natureza e modificam o próprio ser humano que o realiza.

Essa divisão de papéis é acompanhada, como dito, de uma diferenciação nos valores que devem ser internalizados por homens e mulheres. Os primeiros, como provedores do sustento familiar e detentores do poder, devem possuir capacidade de dominação, qualidades para o comando, assertividade, força, virilidade e dureza. As mulheres, por outro lado, devem ser puras, dóceis, prontas para se submeter ao marido e cuidar dos filhos, sendo, portanto, o sexo frágil, que necessitaria de cuidado e proteção por um homem (LOURO, 2004).

Essa realidade social marcada pela divisão sexual do trabalho, leva à uma certa fixação da identidade da mulher em relação ao homem. Assim, dentro de um contexto capitalista, vem sendo construída, ao longo dos últimos séculos, uma disposição imaginária e simbólica da mulher como destinada a ser mãe, dócil e submissa ao homem. Ao longo da história ocidental, o significado do ser mulher vai sendo deslocado, porém permanece em posição inferior e subordinada ao homem.

Dentro desse contexto, interessa-nos particularmente como ocorre a reprodução da força de trabalho em nossa sociedade capitalista. E em que ela consiste? Essa forma de atividade, tem recebido diferentes denominações por parte das pesquisas acadêmicas: trabalho doméstico, afazeres domésticos, trabalho de cuidado, trabalho reprodutivo etc. (GAMA, 2014). Bruschini (1990) propõe uma ampla definição para o trabalho doméstico, que agrupa atividades em bloco, porém não de forma hierarquizada.

1. tarefas relativas aos cuidados com a moradia, espaço no qual se passa a vida familiar cotidiana;
2. tarefas de alimentação e higiene pessoal, como cozinhar, lavar pratos e outros utensílios, costurar, lavar e passar roupas;
3. prestação de serviços físicos e psicológicos aos membros das famílias, assim como o cuidado com as crianças, os idosos e os incapacitados da família;
4. administração da unidade doméstica, com atividades que vão desde o pagamento de contas, até a administração do patrimônio, bem como a aquisição dos bens de consumo necessários para a casa e a família;
5. manutenção da rede de parentesco e de amizade, que reforçam laços de solidariedade e de convivência (Bruschini, 1990, p. 75).

Podemos ver, portanto, que os afazeres domésticos extrapolam em muitas atividades relacionadas à gestação, ao parto e à amamentação (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009), e, conforme discutido no tópico anterior, nem mesmo atividades diretamente ligadas ao corpo biológico, como a amamentação, podem ser naturalizadas como instintivas (BADINTER, 1985).

A reprodução social no âmbito privado, é vista como uma forma devida

de afeto, atribuída exclusivamente às mulheres, o que novamente se apoia sobre uma naturalização de valores. No entanto, trata-se de fato de uma forma de trabalho repetitivo e invisibilizado, que serve, tanto quanto o trabalho assalariado cristalizado em mercadorias, para a reprodução do capital. Nesse sentido, a alienação do trabalho também aparece no âmbito privado: considera-se essa divisão de trabalho entre homem e mulher como algo naturalizado, fixo, a-histórico (GAMA, 2014).

O acesso da mulher ao mercado de trabalho é marcado pela precarização. A mulher é tida como uma força de trabalho secundária, o que inicialmente foi associado à sua escolarização e qualificação técnicas usualmente mais baixas. Contudo, esses índices se modificaram sem que fosse atingida a igualdade salarial entre homens e mulheres. A mulher sofre com salários mais baixos que os homens, independentemente da classe social ou categoria profissional, ainda que disponha de uma escolarização igual ou superior à do homem (BRUSCHINI, 1990).

De fato, o trabalho doméstico remunerado é atualmente uma das principais ocupações da trabalhadora brasileira, especialmente aquelas de cor preta ou parda (IBGE, 2019). Perpetua-se a divisão sexual e marca-se pelo estigma da precarização o ingresso da mulher no mercado de trabalho, ainda que avanços na legislação trabalhista sobre o trabalho doméstico, tenham, em alguma medida, amenizado o cenário. Fica claro, portanto, que o acesso da mulher ao mercado de trabalho não significou mudanças na divisão sexual do trabalho, uma vez que outra mulher é chamada a desempenhar essas funções. Esse fenômeno tem sido denominado pela literatura de maternidade transferida (COSTA, 2002; GAMA, 2014), o que não deixa, em nossa opinião, de ser problemático, uma vez que o termo contém um certo juízo de valor sobre aquela mulher que contrata outra, sem que se questione a posição masculina.

Diante do cenário apresentado, cabe aqui refletirmos sobre a concepção de sujeito na qual este trabalho se ampara. A partir de um ponto de vista materialista histórico-dialético, bem como da psicologia histórico-cultural, entendemos que o ser humano sempre se constituirá em relação dialética com o seu meio, com o seu contexto, como afirma Vigotski (2008[1934]), e nunca de forma individual e isolada. Por outro lado, esse aporte teórico entende também o sujeito em seu caráter ativo, ou seja, possuidor de uma capacidade de agência sobre a realidade na qual está inserido.

Dessa forma, apesar de o significado do *ser mulher* estar fortemente atrelado à divisão sexual do trabalho em nossa sociedade, pode-se dizer que essa é uma narrativa constantemente em disputa pela ação das próprias mulheres, que se mostram capazes de agir sobre a sua realidade e transformá-la. Claro está, que essa capacidade de transformação não é total, uma vez que entra em uma relação dialética com o próprio contexto em que se inserem, mas essa possibilidade de autodefinição encontra-se em um horizonte a ser perseguido, ainda que inalcançável de forma plena.

A partir dessas considerações, retomamos então o nosso objetivo neste trabalho: investigar o significado do *ser mulher*, associado à divisão sexual do trabalho, do modo como este é construído em uma narrativa de vida. A seguir, apresentaremos o percurso metodológico que trilhamos para a realização desta pesquisa e, na sequência, nossos resultados e sua discussão.

3 Métodos de pesquisa

3.1 Fundamentos teórico-metodológicos

Para tratar dos pressupostos metodológicos desta pesquisa, queremos, em primeiro lugar, salientar a relevância de se considerar a subjetividade do pesquisador na realização de qualquer estudo, particularmente no domínio da psicologia. Por muito tempo, uma pretensão de neutralidade e certa visão – falaciosa – do que seria a atividade científica, pretendeu deixar de lado a prática reflexiva e a dimensão subjetiva do âmbito da pesquisa psicológica. No entanto, vozes dissonantes surgiram, desde as primeiras décadas do século XX, enfatizando a necessidade de não se excluírem vieses subjetivos, culturais e políticos, mas antes considerá-los e estudá-los (FÁVERO, 2015). Esse entendimento está de acordo com o que trouxemos na introdução deste trabalho, a respeito da validação das narrativas como método científico, conquanto estas se constituam como produtos eminentemente subjetivos.

Nesta pesquisa, tomamos como fundamento os pressupostos teórico-metodológicos propostos por Marx e Engels. O método materialista histórico-dialético busca enxergar o objeto de estudo em sua totalidade, como síntese de múltiplas determinações. A obra de Marx tem sido erroneamente entendida como uma obra determinista e teleológica, que sobrepõe o fator econômico a outros fatores e descreve a história como se desenrolando necessariamente para um único fim, o socialismo (NETTO, 2011). Uma leitura atenta, no entanto, revela que, para esses autores, o fator econômico não deveria ser visto como o único determinante, pois qualquer fenômeno deve ser enxergado em sua totalidade, necessariamente composta por determinações múltiplas, de ordem econômica, histórica e simbólica (MARX; ENGELS, 2010).

Tal proposta baseia-se não na construção positivista de hipóteses que sustentem relações de causa e efeito, nem tampouco na construção discursiva baseada em jogos de linguagem, mas antes na compreensão do objeto de estudo em sua estrutura e dinâmica. É dessa forma, que se torna possível ir além da aparência e alcançar a essência do fenômeno que se busca investigar.

Assim, ressaltamos que a relação sujeito/objeto na pesquisa científica, não é uma relação de externalidade. Trata-se de uma relação em que o sujeito está implicado em seu objeto de estudo, o que inviabiliza pretensões de neutralidade. Esta, inalcançável, não pode ser confundida com a objetividade, que

diz respeito às condições materiais e objetivas que constituem a realidade, de acordo com a perspectiva marxista. Trata-se, portanto, da análise concreta de situações concretas (NETTO, 2011).

Nesse sentido, parafraseando Marx e Engels (2007[1933]), não nos interessa falar de mulheres pensadas, imaginadas ou representadas para, a partir daí, chegar às mulheres de carne e osso; partiremos de uma mulher realmente existente, do seu processo de vida real, para conduzir abstrações. Interessa-nos, portanto, ouvir o que essa mulher real diz, imagina e representa em sua narrativa de vida.

Tendo em vista as particularidades do objeto aqui estudado, concordamos com González-Rey (1997), quando este diz que o fenômeno subjetivo toma forma no encontro da intencionalidade do pesquisador com a do pesquisado. Isso não retira a compreensão de que tal fenômeno se constitua em condições históricas e sociais concretas. O método materialista histórico-dialético propõe que a análise proceda do complexo para o simples, pois é a partir da totalidade, que se pode compreender a singularidade.

Nesse sentido, é importante trazer a observação de Netto (2011) de que a utilização do método materialista histórico-dialético não pressupõe o uso de um procedimento ou instrumento de pesquisa específico, pois o que está em jogo são os pressupostos metodológicos nos quais o pesquisador se fundamenta e que embasarão a condução da pesquisa de campo e sobretudo a análise das informações dela advindas.

3.2 Contexto e participantes

Este estudo foi realizado em um campus do Instituto Federal de Brasília (IFB) localizado em uma Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, com uma aluna do Curso Técnico Subsequente em Secretariado. A nossa participante, que recebeu o nome fictício de Gabriela, tinha 31 anos no momento da pesquisa, Ensino Médio completo e atuava como monitora em uma creche particular da RA onde residia. Era mãe de uma criança, à época, com sete anos.

3.3 Procedimentos da pesquisa de campo

A pesquisa da qual este trabalho representa um recorte, consistiu na realização de quatro encontros em grupo e, passado o período de um ano, entrevistas individuais na forma narrativa com as mesmas participantes (ALVES, 2017). Os resultados dos encontros serviram para afinar a escuta e as perguntas da entrevista, com o intuito de promover o discurso das mulheres envolvidas. Os resultados aqui apresentados, se referem à entrevista de uma dessas mulheres – Gabriela – e, por isso, não abordaremos os resultados dos encontros do grupo Balint que precederam.

A entrevista foi gravada em áudio, com a autorização da participante, e posteriormente transcrita. A transcrição foi feita de maneira fidedigna ao rela-

to da participante, mantendo, inclusive, peculiaridades de linguagem que podem ser entendidas como vícios, do ponto de vista da gramática convencional.

3.4 Procedimentos de análise de resultados

De acordo com Holmstrom (2014), uma das principais contribuições de uma perspectiva marxista das relações de gênero, é tomar como foco mulheres concretas, afetadas por condições de vida concretas, e não mulheres pensadas abstratamente. Nesse contexto, realizar uma análise da narrativa de vida deu subsídio para entendermos a realidade dessa mulher em sua materialidade e singularidade: sua trajetória de vida, as relações estabelecidas, sua posição diante de si mesma e dos outros.

Foi feita então, uma análise interpretativa da narrativa da participante tendo em vista os pressupostos metodológicos apontados, bem como o objetivo proposto neste trabalho, o que nos deixou particularmente atentos às manifestações da participante relacionadas às questões de gênero: divisão sexual do trabalho, relacionamentos, os significados do *ser mulher* e como estes afetam sua constituição identitária. Buscou-se articular as falas da participante à escuta atenta da pesquisadora, entendendo que o momento de produção da narrativa é um momento, também, relacional, em que o outro é parte do processo de compreender-se a si mesmo.

4 apresentação e discussão dos resultados

Gabriela inicia sua narrativa contando de sua infância na Bahia, em que a mãe cuidava da casa, mas também da roça, junto com o pai. Eram sete irmãos e as mulheres da família se responsabilizavam por acompanhar as mães nas suas atividades e auxiliá-la. Sua vinda para Brasília deu-se no final da adolescência, chamada por uma prima que estava aqui e tivera uma filha. “A minha prima me convidou pra vir pra cá, porque ela tava com uma bebezinha recém-nascida, pra mim cuidar da bebezinha pra ela”.

No relato que Gabriela faz de sua infância até a motivação para vir para Brasília, fica claro como sua trajetória é marcada desde o início pela divisão sexual do trabalho. O modelo de mulher apresentado a ela desde pequena, é o de responsável por tarefas da casa e o de cuidado dos irmãos mais novos. É esse papel também, que determina a sua vinda para Brasília, para desempenhar uma função vista como própria à ela, pelo fato de ser mulher.

Pouco depois de chegar, Gabriela conhece o seu marido e se casa. O filho não tarda a vir, ainda que acidentalmente: “Então, eu reagi bem, né, gostei da ideia também. Eu falei: ah, é melhor que venha logo, né?! Porque, né, a gente já tem logo aquela experiência. Porque a gente sempre tem a curiosidade, né, de ter filho. E reagi bem, graças a deus foi tranquilo”. Gabriela fala do filho como algo que invariavelmente apareceria em sua vida, como uma experiência

inevitável. Observa-se, portanto, a naturalização de ser mãe como parte necessária da experiência de ser mulher.

De fato, um dos elementos centrais da identidade de gênero, enrijecida pela divisão sexual do trabalho, é o da naturalização de um suposto instinto maternal, de acordo com o qual a mulher estaria, por sua própria essência, preparada para a maternidade desde sempre. Em nossa fundamentação teórica, buscamos combater essa noção, ao mostrar como esse fenômeno foi construído historicamente (BADINTER, 1985). Isso é corroborado pelo desamparo que Gabriela experimenta no momento que se torna mãe, como se sente perdida. Inicialmente, fica na casa da sua mãe por um mês e, lá, um mutirão de mulheres se junta para ajudá-la, o que sugere como essa identidade maternal é construída socialmente, a partir da identificação com modelos, conforme defende Chodorow (1990).

Quando volta para Brasília, porém, Gabriela encontra-se sem essa rede de apoio e percebe que a tarefa de cuidar de uma criança não é natural, nem óbvia:

Porque pra gente que nunca passou por essa experiência, então fica meio perdido em tudo, né?! Qualquer coisa a gente já fica desesperado, sem saber o que fazer, sem saber... até no cuidar, né?! A gente não sabe cuidar direito, porque a gente não tem a experiência, né?!

Essa fala de Gabriela é emblemática ao mostrar que a função do cuidado não é, portanto, inata à mulher, não é espontânea, ela é, antes, construída socialmente como natural e necessária (BADINTER, 1985). A nossa entrevistada sofre por não saber o que fazer e por ver-se sozinha, longe da mãe e das irmãs. Em um determinado momento, uma irmã vem para ajudá-la, mas logo volta para cuidar da mãe.

Ela [irmã] tava aqui comigo só que a minha mãe levou ela de volta. Não tá mais morando comigo. Ela ficou aqui morando um ano comigo. Aí minha mãe levou de volta, porque ela tá muito sozinha também. Ela é a única que ajuda minha mãe assim em casa, minha mãe já tá ficando idosa, né?! 50 e poucos anos, muitos problemas, então tem que ter alguém pra ficar ajudando ela. Aí levou de volta e acabei ficando sozinha de novo.

Mais uma vez, evidencia-se o lugar da mulher como sendo o da cuidadora, agora no caso da irmã. Apesar de ter vários irmãos homens, é a filha mulher que é convocada a assumir os cuidados da mãe, o que está de acordo com definição de tarefas domésticas estabelecida por Bruschini (1990), que inclui, além do cuidado com crianças, também o cuidado com pessoas idosas da família.

De volta à história de Gabriela, o enclausuramento no ambiente doméstico, ao qual a chegada do filho lhe direciona, revela-se uma experiência traumática. Não tanto por estar com o filho, mas sim pelo confinamento ao espaço privado.

Assim, em questão de cuidar dele foi maravilhoso, porque a gente ficar esse tempo todo com o filho da gente é maravilhoso, não ter que deixar com outras pessoas. Assim, em creche tem pessoas que confia muito, mas... Aí então foi maravilhoso nessa parte aí de cuidar dele. Só que, já pra mim foi um pouco difícil, porque eu ficava só em casa, em casa, sempre fazendo as mesmas coisas, não saía pra fazer outras coisas, né, então eu fiquei assim meio acho que tipo, entrando em depressão. Porque ficar só em casa sem fazer nada, nossa, foi um pouco difícil.

Na narrativa de Gabriela como um todo, chama-nos a atenção a ruína psíquica que, para ela, representaram os anos confinada cuidando da casa e do filho. Não fica claro se esse confinamento é imposto de fora ou se é tomado por ela como caminho inevitável que deve seguir, a partir de uma naturalização do significado do ser mulher marcado por seu contexto histórico e social (ZANELLO, 2018). Muito provavelmente há aí uma interação dialética entre ambos os polos – exterior e interior – que conformam sua situação.

Eu nem tinha vontade de sair. Eu arrumava a casa de manhã, deixava tudo arrumadinho, fazia almoço, cuidava do meu neném, dava banho, e ficava em casa. [...] Eu não tinha vontade, eu acho que eu tava entrando em depressão mesmo, eu não tinha vontade.

Gabriela passa a se reduzir de tal forma ao âmbito doméstico e às tarefas aí apresentadas, que já não vê mais meios de romper com isso. O fato de ser mulher, submete-a a um regime de trabalho pré-definido, com sede no espaço doméstico e com tarefas associadas ao cuidado e à educação. Associado a isso, espera-se da mulher uma série de características de personalidade como a submissão, a obediência e docilidade. Não há espaço para o desenvolvimento de uma identidade de gênero singular, pois o significado internalizado sobre ser mulher é ditado por uma divisão sexual do trabalho que lhe é preexistente e imposta (FEDERICI, 2019).

Os dias se passavam longos e solitários. Gabriela arrumava a casa, fazia o almoço, varria o quintal. Começou a se irritar com o trabalho de casa.

Porque casa é assim: a gente faz, faz, mas nunca vê o resultado, porque você faz hoje e amanhã já tem que fazer tudo de novo. Então fica aquele stress, né?! Stress com tristeza, aquela coisa. [...] É, bem puxado. Aí acaba se tornando aquela coisa repetitiva, né?! Todo dia...

Trata-se de um trabalho repetitivo e interminável, que lhe causam um misto de estresse e tristeza. Ela está ocupada – e muito, mas, mesmo assim, se sente inútil. E o sentimento de inutilidade só crescia. “Isso de ficar só em casa vai dando um tédio! E a gente vai se sentindo assim... nossa, eu não sirvo pra

nada!”. Quando terminava tudo o que tinha para fazer, sentava-se com o filho no quarto e ficava olhando para as paredes. É notável que um trabalho tão exaustivo e demandante seja visto como inútil, o que reforça a invisibilidade e desvalorização que atingem o trabalho reprodutivo, sobretudo o não remunerado (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

Foram cinco anos trancada em casa e Gabriela sentia cada vez menos vontade de sair, de encontrar quem quer que fosse. Passava horas agarrada com o seu menino, sem saber o que fazer: “Eu ficava com ele só no colo. [...] O meu marido até tentava me chamar pra passear, me animar pra fazer alguma coisa, mas eu não queria fazer nada”. A cunhada se mudou para o mesmo terreno, mas nem coragem de cumprimentá-la Gabriela tinha. Começou a ter medo de gente, mal conseguia abrir a boca para falar com outras pessoas que não o marido.

É, mas aí chegou um tempo que deu uma luz em mim e eu falei: “Não, não dá mais, eu tenho que parar um pouco, eu tenho que seguir minha vida”, porque senão só assim não é viver, a gente tem que fazer alguma coisa da vida.

Com o filho completando 5 anos, já estava na hora de colocá-lo na creche. O medo do vazio se instalou: o que faria após todos esses anos enfiada? Decidiu então cursar a EJA para concluir o Ensino Médio. Contando com a ajuda da cunhada para ficar com o filho no período em que esse não estivesse na escola – ilustrando mais uma vez o lugar da mulher como cuidadora –, decidiu que aquela oportunidade ela não perderia. Quando as aulas começaram, “aí eu senti meio que um alívio. Sair de casa, pelo menos um pouco. Porque eu tava me sentindo presa em casa”.

O alívio que Gabriela sente revela, entre outras coisas, que o espaço doméstico não lhe era um espaço natural, necessário. Tratava-se, antes, de uma imposição social e até pessoal relacionada à divisão sexual do trabalho, própria do sistema capitalista, tal como vivenciado atualmente, e que lhe causara muito sofrimento. Chama a atenção como estar reclusa ao lar e às tarefas a ele associadas a fazer passar por um processo de quase despersonalização. Quando enfim conseguiu o diploma de Ensino Médio, sentia que não era hora de parar. Uma colega do curso havia lhe contado do IFB e ela decidiu se candidatar a uma vaga para um curso técnico em secretariado. Não era exatamente o que ela queria, mas foi onde conseguiu a vaga, então se matriculou.

Ao longo do curso, enfrenta sua própria timidez e descrença em si mesma, que, segundo ela, são oriundas do seu período de clausura. Saíra de casa, mas a timidez não saíra dela: “Eu não era assim antes, não era. Fiquei assim depois daquele tempo todo em casa. Como se fosse uma descrença em mim mesma”. A timidez a impedia de fazer perguntas, de falar com o professor “Porque eu se tô ali e não entendi, eu não tenho coragem de ficar perguntando. A maioria da turma pergunta e eu não sou de perguntar, porque penso assim: ‘se o professor já explicou, eu tinha que ter entendido’”. As apresentações também eram um terrível desafio. Para ela, falar em público era sinônimo de tortura: “Eu

fico nervosa, não tem jeito. Eu tento controlar, mas fica pior. Começa aquela tremedeira, minhas mãos suam e fica pingando a água, e é gelada. Não é suor quente, de calor, é aquele suor gelado”.

Além disso, enfrentava dificuldades também com a aprendizagem, queria aprender mais e mais rápido, mas não conseguia. No caso de Gabriela, não podemos deixar de notar o fascínio que ela descreve pelo conhecimento, esse do qual é privada quando jovem por seus pais, pelo fato de a escola ser distante. Teriam seus irmãos dado continuidade aos estudos? Essa é uma pergunta que não tivemos tempo de responder, mas cuja resposta costuma ser positiva em muitos casos semelhantes. Quando era menina na escola, nunca tivera problemas de aprendizagem, e se ressentia por não conseguir aprender no momento com a mesma celeridade.

Olha, eu não era assim, não. Foi depois que eu me casei, comecei a trabalhar, comecei a estudar, foi que eu fui vendo. Mas antes, quando eu não era casada, quando eu não tinha filho, eu não sentia assim, quando eu estudava até a 8ª série, eu sentia que eu aprendia mais rápido. Não sei se foi devido, a ficar muito tempo sem estudar, parada sem fazer nada, sem lidar com as pessoas, sem sair...

Mas os semestres foram passando e enfim chegou a formatura. Era uma grande emoção estar ali. Ao mesmo tempo, sentia que era só uma etapa, pois ainda tinha muitos planos. Não sabia se o curso a tornara uma secretária, mas de uma coisa orgulhava-se: falar em público deixou de ser aquele monstro de sete cabeças. De alguma forma – não sabia bem como – tornou-se uma pessoa mais confiante: “Dei uma melhorada, eu era bem pior. Não conseguia falar como eu tô falando aqui com você. Era aquela timidez tão grande, que não deixava eu abrir a boca pra falar praticamente nada. Eu senti essa melhora em mim”.

Tendo em vista esse cenário de timidez extrema, manifestada nas apresentações de trabalho, que exigiam dela falar em público, destaca-se um termo muitas vezes utilizado por Gabriela, que nos parece de particular relevância para este trabalho: público. Por que, para ela, é tão difícil falar em público? E por que representa uma tão importante conquista superar, mesmo que em parte, esse medo? Não podemos deixar de pensar na cadeia semântica público exterior (masculinidade), em oposição à cadeia privado interior (feminilidade). Dessa forma, ousar ir a público, significa romper com uma barreira de gênero que lhe fora imposta desde o nascimento. Ousar ir a público, é um manifesto em protesto contra um sistema que tentou e, quase conseguiu, confiná-la ao privado (LOURO, 2004).

Assim, Gabriela avalia as mudanças em si mesma, após sua saída do confinamento doméstico.

Eu acho que foi o curso que me ajudou muito. Eu acho que a convivência, né?! Que a gente tá convivendo, a gente vai aprendendo a lidar com as pessoas. [...] Eu mudei, não muito, mas eu

mudei um pouco. Antes eu não conversava com quase ninguém, agora eu já me desenvolvi bastante. Antes eu não falava nada e hoje eu já tô falando. Se eu tenho uma opinião, eu vou lá, já abro a minha boca e falo. Tanto que tem gente que até surpreendendo, fala 'gente, quem tá falando é a Gabriela?' Porque antes eu não falava, eu ficava quieta, eu até tinha a minha opinião, mas eu não falava.

Para Gabriela, concluir o curso lhe dá uma enorme satisfação e a certeza de que não é hora de parar. Qual seria a hora de parar? Ela não sabe; na verdade, não quer parar nunca mais, a despeito do cansaço que sente. Sobre ter outro filho, Gabriela comenta: "Antes eu até pensava, mas agora eu não penso mais, não. Eu quero é só trabalhar, estudar, cuidar desse daí, alcançar os meus objetivos e dar uma vida melhor pra ele". Nessa fala, é interessante notar que, se, por um lado, Gabriela rejeita uma nova maternidade em função de toda a privação que ela representaria, ela parece, por outro, justificar sua vontade de alcançar novos objetivos, como fazer algo pelo filho que já tem. Percebe-se aí uma dualidade.

O sonho de Gabriela é fazer o curso de Pedagogia, já que sente um enorme prazer em trabalhar com crianças. "Se possível trabalhar com criança sempre, eu quero". De fato, desde a conclusão dos estudos de nível médio estava trabalhando como monitora em uma creche.

A partir do momento que eu tomei essa decisão de estudar, aí veio a vontade de trabalhar também, de querer sair, entendeu? [...] Aí foi as duas coisas ao mesmo tempo: terminei o Ensino Médio e já... Antes de terminar o Ensino Médio eu já arrumei um emprego, né, já tava trabalhando.

Na escola em que trabalhava, era ela e mais uma monitora para uma turma de 30 crianças de 3 a 4 anos. De manhã, vinha também a professora, mas à tarde eram só as duas e o serviço era puxado. Mas gostava muito de estar entre as crianças, se sentia bem entre elas.

Tem dia que é mais tranquilo lá no trabalho, mas tem dia que é puxado mesmo, bem cansativo. Aí eu chego em casa naquela correria, cansada, estressada, então é bem puxado. [...] Cuidar de todas essas crianças é um desafio, é um desafio dar conta do serviço. Tem que ter, em primeiro lugar, muita paciência, tem que saber lidar com aquelas crianças.

A fala de Gabriela ilustra – mais uma vez, porém em um novo cenário – o caráter não natural do cuidado com crianças. De todo modo, o emprego de Gabriela está de acordo com a tendência de que as mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho, ocupem cargos relacionados às tarefas que lhes são devidas no âmbito do trabalho reprodutivo (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009). Por outro lado, o fato de estar trabalhando fazia-a se sentir confiante. Tinha agora o próprio dinheiro.

É, me valorizou muito. Eu já me vejo assim, totalmente diferente do que eu era. Porque antes, eu já me sentia inútil porque eu não trabalhava, eu só ficava em casa, eu não tinha o meu dinheiro pra comprar as minhas coisas. Eu não tinha aquela liberdade de "ah, vou no shopping, vou comprar uma coisa pra mim". Porque eu dependia só do meu esposo, tinha que pedir dinheiro pra ele. E hoje não, graças a deus, eu não tenho mais essa preocupação. Se eu quero comprar alguma coisa, quando ele vê, eu já comprei, eu não preciso falar, entendeu?! Então isso é uma coisa que eu já me sinto bem valorizada, eu sinto isso em mim, entendeu?!

É interessante como o trabalho dá uma liberdade, antes desconhecida a Gabriela, em vários sentidos. A conquista do espaço público, ainda que conectada às tarefas que lhe eram devidas pela divisão sexual do trabalho, dá-lhe também autonomia com relação ao marido. Fica claro aqui, como o trabalho doméstico não remunerado representa uma prisão para a mulher em vários sentidos: além de invisibilizado e inesgotável, priva-lhe disso que representa o trânsito no espaço público no sistema capitalista, o dinheiro.

Logo, enquanto era o seu marido o único que trabalhava em casa, era a ele que cabia as decisões sobre o dinheiro, o que mudou a partir do momento em que ela começa a trabalhar. Também muda a distribuição de tarefas domésticas, porém Gabriela permanece como aquela que distribui e supervisiona as tarefas, sendo responsável por cobrir aquilo que seu marido deixava de fazer ou fazia de maneira incompleta. Mais recentemente, havia chegado também o irmão de Gabriela, para passar uma temporada. Durante a semana, o marido e o irmão se revezavam na limpeza da casa e no almoço, "aí aquela faxina geral de tirar pó, de tirar tudo, eu faço no final de semana, porque durante a semana não dá tempo. Também deixo um pouco de comida congelada".

Isso está de acordo com a definição ampla de afazeres domésticos que nos apresenta Bruschini (1990), de acordo com a qual a mulher, ainda que ocupando uma função remunerada e dividindo com o homem alguns dos afazeres domésticos, segue sendo responsável pela administração do lar. Gabriela constantemente se refere ao marido como um excelente parceiro, o que demonstra em que medida essa desigualdade se encontra naturalizada.

5 Considerações finais

Em nosso estudo de caso, fica claro como a entrevistada está submetida, desde criança, à rígida divisão sexual do trabalho constituinte do sistema capitalista. A partir de uma diferença anatômica construída como diferença essencial ao longo da história recente – que a define, portanto, como mulher, recebe, desde o nascimento, uma carga simbólica depositada sobre ela e em meio a qual constitui-se subjetiva e identitariamente.

É assim que ela deve desde cedo ajudar sua mãe a arrumar a casa, a cozinhar, a cuidar dos irmãos e outras tarefas tipicamente caracterizadas como trabalho reprodutivo. A isso, associam-se características de personalidade: submissão, obediência, docilidade, disponibilidade. A rígida divisão sexual imposta, acaba por forjar uma identidade que, para as mulheres, incorpora tanto a submissão ao homem quanto a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo como “naturais”.

Sendo assim, observa-se que sair de casa para trabalhar e estudar, ocupando o espaço público, revelam-se como atos verdadeiramente revolucionários. O desejo de adentrar o espaço público apareceu na narrativa de nossa participante diversas vezes, com especial atenção para a importante conquista do falar em público. A saída do âmbito doméstico com vista à conquista do exterior, o investimento em si mesma, a busca por conhecimento e por uma melhor qualificação profissional, apresentam-se como elementos de emancipação e subversão de uma identidade fixada no lugar da submissão e da invisibilidade.

Da mesma forma, vemos as dificuldades de romper com o esquema simbólico de gênero, ao verificar que a participante de nossa pesquisa ocupa uma função que se mostra como extensão daquela realizada no âmbito doméstico: o emprego como monitora infantil. Isso se revela também, na escolha do curso de secretariado ou de Pedagogia como formação profissional. Ambos não deixam de estar associados a funções desempenhadas por mulheres no espaço doméstico.

A narrativa de Gabriela, permitiu trazer à luz nuances e percepções íntimas de suas experiências de vida, que chamam a atenção para o quanto o significado do *ser mulher* está diretamente associado à divisão sexual do trabalho. Acreditamos, que o uso da narrativa nesta pesquisa revelou seu potencial metodológico, particularmente, para os estudos de gênero, possibilitando às mulheres, falarem e serem ouvidas a respeito da intimidade e do espaço doméstico, verdadeiras prisões a que muitas – se não todas, se veem confinadas em algum momento da vida, como Gabriela.

Referências

- ALVES, C. B. **Divisão sexual do trabalho e inconsciente político**: histórias de mulheres em formação profissional. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2017
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985
- BERTAUX, D. **Narrativas de vida**: a pesquisa e seus métodos. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante e Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010
- BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001
- BRUSCHINI, M. C. A. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Vértice, FCC, 1990
- BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016
- CARVALHO, I. C. M. Biografia e Identidade: Aportes para uma Análise Narrativa. **Ambientalmente Sustentável**, //, v. 1, n. 3, p. 19-31, 2007
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. Em E. Lander (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales (pp. 169-186). Buenos Aires: CLACSO, 2000
- COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos feministas**, v. 10, n. 2, p. 301-323, 2002
- CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990
- FÁVERO, M. H. Subjetividade e Objetividade na Psicologia Contemporânea: Apontamentos Históricos, Epistemológicos e Filosóficos. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 2, p. 189-200, 2015.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2011
- GAMA, A. S. **Trabalho, Família e Gênero**: Impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. São Paulo: Ed. Cortez, 2014
- GONZÁLEZ-REY, F. **Epistemología Cualitativa y Subjetividad**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1997
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. A classe operária tem dois sexos. **Estudos feministas**, v. 2, n. 1, p. 93-100, 1994.
- HOLMSTROM, N. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? In: D. CHABAUD-RYCHTER; V. DESCOUTURES; A. M. DEVREUX; E. VARIKAS (Orgs). **O gênero nas ciências sociais**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Editora UnB, 2014.
- IBGE. **Estatísticas de Gênero**: Uma análise dos resultados do censo demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. **Journal of Narrative & Life History**, v. 7 (1-4), p. 395-415, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/jnlh.7.49som>
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2004.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1932), 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933), 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura**. Textos escolhidos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

CONQUISTAS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MATERNIDADE:
REFLEXÕES SOBRE A LICENÇA PARENTAL COMO INSTRUMENTO DE EQUIDADE DE GÊNERO

MITCHELL, J. Mulheres: a revolução mais longa. **Gênero**, v. 6, n. 2, p. 203-232, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

ROCHA-COUTINHO, M. L. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 11, n. 1, p. 65-9, 2006.

RUBIN, G. **Tráfico de Mulheres**. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

VIEIRA, A. G. Do Conceito de Estrutura Narrativa à sua Crítica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 3, p. 599-608, 2001. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000300015>.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Madrid: Visor. Volume III. (Trabalho original publicado em 1931), 2000.

VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1934), 2008.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.